

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.013 - SP (2019/0106060-2)**

**RELATORA : MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ARGEMIRO DOS SANTOS RODRIGUES**  
**AGRAVANTE : CHRISTOVAM HIDALGO MIAN**  
**AGRAVANTE : CLAUDEMIR DE SOUZA XAVIER**  
**AGRAVANTE : DANIEL AUGUSTO ESTEVES**  
**AGRAVANTE : JORGE CESAR**  
**AGRAVANTE : MARIA ESTELA AYAKO KAWANO IMANO**  
**AGRAVANTE : MARIA HIDEKO IDEHARA**  
**AGRAVANTE : MARIO TAKESHI WATANABE**  
**AGRAVANTE : MONICA SADAMI ETHO**  
**AGRAVANTE : OCTAVIO VALVERDE**  
**AGRAVANTE : RUBENS KAZUNORI NAKAYAMA**  
**AGRAVANTE : SEIKO MORICHITA**  
**AGRAVANTE : SHIN HASEGAWA**  
**ADVOGADO : DIRCEU MIRANDA JUNIOR E OUTRO(S) - SP206229**  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA E OUTRO(S) -**  
**SP123199**  
**JAYR AVALLONE NOGUEIRA - SP009447**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por SHIN HASEGAWA e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: não cabimento de REsp alegando violação a norma constitucional, ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade (arts. 141 e 492 do CPC), Súmula 7/STJ (cerceamento de defesa), ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade (arts. 373, 396 e 399 do CPC; e art. 6º do CDC) e Súmula 7/STJ (arts. 373, 396 e 399 do CPC; e art. 6º do CDC).

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: não cabimento de REsp alegando violação a norma constitucional.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente